

# **GESTÃO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Regina Tereza Cestari de Oliveira

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

E-mail: reginacestari@hotmail.com

## **Introdução**

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa, com apoio do CNPq, e tem como objetivo discutir o processo de materialização de políticas educacionais por meio de programas voltados para a educação básica, no âmbito das relações intergovernamentais no Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

O Estado de MS, locus desta pesquisa, foi criado em 1977 e oficialmente instituído em 1979, a partir da separação do estado de Mato Grosso. Localiza-se na região Centro-oeste, sendo um dos três estados que a compõem (Goiás e Mato Grosso, além do Distrito Federal). Sua população é de 2.757.013 habitantes (IBGE, 2022).

Considera-se que o sistema educacional brasileiro é complexo e que é necessário analisar as políticas educacionais dos estados, que preservam suas especificidades, suas questões locais, para compreender a divisão de responsabilidades pela oferta e gestão do sistema no contexto do Estado federativo (Tormes; Farenzena, 2019).

A metodologia baseia-se na produção bibliográfica sobre o tema e na análise de documentos, com ênfase na consulta às normativas e informações pertinentes, disponíveis nos sites da Secretaria de Estado da Educação de MS (SED/MS).

Os programas selecionados para análise, coordenados pelo estado de MS por meio da SED/MS, têm em comum o fato de serem estabelecidos em regime de colaboração, além de contar com a participação do setor privado na materialização dos programas.

## **Desenvolvimento**

O Programa “Diálogos Socioemocionais”, o primeiro selecionado, iniciou na Rede Estadual de Ensino de MS (REE/MS) em 2019, em parceria com o Instituto Ayrton Senna (IAS). Na apresentação da proposta, o vice-presidente do IAS, Roberto Campos, explicou que o IAS parte de cinco ‘macro competências’: amabilidade,

engajamento com os outros, resiliência emocional, autogestão, abertura ao novo. “Esses tópicos resultam em 17 competências que são trabalhadas pelo Programa” (Programa [...], 2021, n.p.).

Após dois anos, abrangendo todas as escolas da REE em 2021, o programa foi expandido para as redes municipais de ensino, com o objetivo de “potencializar a compreensão de que a dimensão socioemocional é essencial para a Educação Integral e, assim, atender as prioridades apontadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul” (Programa [...] 2021, n.p.).

A elaboração do referido Currículo foi realizada por intermédio da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), mas contou com o IAS, uma vez que a SED/MS utiliza, por meio de parceria, tanto documentos, quanto formações continuadas para professores, baseadas nas teorias pesquisadas e organizadas pelo Instituto. O IAS participa, desde 2018, da elaboração do Currículo, nas etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Mato Grosso do Sul, 2021a).

Outro programa é o “MS Alfabetiza - Todos pela Alfabetização da Criança”, proposto durante o segundo mandato do governo de Reinaldo Azambuja (2015-2022), aprovado pela Lei n. 5.724, de 23 de setembro de 2021. Conforme o art. 1º, o objetivo do programa é fortalecer a aprendizagem e melhorar os indicadores educacionais dos estudantes matriculados nas redes públicas de ensino do Estado de MS. Isso se daria por meio da aquisição do domínio das competências de leitura e escrita adequadas à sua idade e ao seu nível de escolarização, conforme previsto na BNCC (Mato Grosso do Sul, 2021b).

O parágrafo único da lei define que o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da SED/MS, em regime de colaboração técnica e financeira, poderá firmar parcerias para executar as ações mencionadas no *caput* do artigo, com:

- I - os municípios sul-mato-grossenses, por intermédio da adesão ao Programa pelos respectivos órgãos responsáveis pela política educacional municipal, mediante assinatura de convênio;
- II - organizações governamentais e da sociedade civil, instituições de ensino e de pesquisa superior públicas, privadas e fundacionais, mediante assinatura de termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação ou outro instrumento jurídico legalmente adequado (Mato Grosso do Sul, 2021b, n.p.).

O programa foi lançado em 25 de outubro de 2021 pelo governador do estado. No primeiro ano, 100% dos municípios aderiram ao programa. Foram assim estabelecidas parcerias com a Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL), a UNDIME, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento à Educação Básica de Mato Grosso do Sul (FADEB-MS), além de organizações privadas da sociedade civil, como a Fundação Lemann, o Instituto Natura, o Bem Comum, e a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC) (Municípios [...], 2022).

Como se pode observar, o setor privado participa dos programas educacionais instituídos em regime de colaboração entre Estado e os municípios de MS. No entanto, esse regime pressupõe o desenvolvimento de um trabalho conjunto entre entes federados. Conforme afirma Araujo (2013, p. 788), o regime de colaboração é um instituto jurídico e político que

[...] regulamenta a gestão associada dos serviços públicos, sendo afeto às competências materiais comuns previstas no art. 23 da Constituição Federal de 1988. As competências materiais comuns podem ser definidas como aqueles serviços públicos que devem ser prestados por todos os entes federados, sem preponderância e de forma cumulativa, para garantir a equalização das condições de vida em todo o território de um Estado organizado em bases federativas. Neste sentido, o regime de colaboração é um dos mecanismos da matriz cooperativa ou intraestatal do federalismo.

Vale recordar que, sob a égide neoliberal, os reformadores empresariais estão presentes nas políticas para a educação básica brasileira desde os anos 1990 (Freitas, 2014). As instituições privadas se associam aos governos por meio de mecanismos como contratos de gestão, termos de parceria, acordos de colaboração e de fomento, além de parcerias público-privadas, decorrentes da introdução da Nova Gestão Pública (NGP) ou gerencialismo (Adrião, 2018).

Como analisam Adrião e Peroni (2018), o setor privado e segmentos a ele associados adquiriram outra dimensão a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e, especialmente, com o golpe parlamentar de 2016, que resultou no *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (2011-2024). As autoras afirmam que a orientação e a lógica mercantil estão presentes e predominam nos instrumentos legais, nas ações e nos programas, desde a creche até a pós-graduação.

Nesse sentido, os programas educacionais indicam a privatização da gestão educacional, ao assumir um caráter sistêmico. Mais especificamente, observa-se a privatização da

gestão escolar (Adrião, 2018), quando políticas e programas incidem sobre as unidades escolares, incorporando orientações elaboradas pelos atores privados. Em ambos os casos, trata-se da delegação, pela esfera pública, dos processos relativos à tomada de decisões sobre os fins da educação e os meios necessários para o seu atendimento.

### **Considerações finais**

Os dados da pesquisa sugerem que os atores privados exercem influência nos programas de educação básica em andamento no estado de MS, introduzindo uma concepção empresarial associada aos procedimentos e instrumentos da lógica gerencial. Isso tem implicações para a garantia da educação como um direito social e fundamental, sendo, portanto, um dever do Estado e das instituições responsáveis pela oferta educacional e pela escolarização dos cidadãos.

### **Referências**

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n.1, p. 8-28, jan./abr., 2018.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. A Formação das novas gerações como campo para os negócios? In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, p. 49-54, 2018.

ARAUJO, G. C. Federalismo e políticas educacionais no Brasil: equalização e atuação do empresariado brasileiro como projetos em disputa para a regulamentação do regime de colaboração. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 124, p. 787-802, out.-dez. 2013.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, nº 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. População. **Cidades IBGE**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: Ensino Médio**. Campo Grande: SED/MS: Série Currículo de Referência; 2, 2021a.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 5.724, de 23 de setembro de 2021**. Institui o Programa MS Alfabetiza - Todos pela Alfabetização da Criança, cria o Prêmio Escola Destaque, e dá outras providências. Campo Grande, 2021b. Disponível em: [https://www.tjms.jus.br/legislacao/public/pdf-legislacoes/lei\\_n.\\_5.724.pdf](https://www.tjms.jus.br/legislacao/public/pdf-legislacoes/lei_n._5.724.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

**MUNICÍPIOS da região do Pantanal recebem mais de 11 mil exemplares da Coletânea MS Alfabetiza.** Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/municipios-da-regiao-do-pantanal-recebem-mais-de11-mil-exemplares-da-coletanea-ms-alfabetiza/>. Acesso em: 29 maio 2022.

**PROGRAMA “Diálogos Socioemocionais” é apresentado para implementação nas Redes Municipais de MS.** Mato Grosso do Sul, 2021. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/programa-dialogos-socioemocionais-e-apresentado-para-implementacao-nas-redes-municipais-de-ms>. Acesso em: 29 maio 2022.

TORMES, D. D. S.; FARENZENA, N. Relações federativas no financiamento da educação no Brasil e na Argentina. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, v. 14, p. 1688-1701, 2019.